

## A CONSTRUÇÃO DA PARENTALIDADE ADOTIVA EM UM GRUPO DE APOIO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CONTEXTO AMAZÔNICO

THE DEVELOPMENT OF ADOPTIVE PARENTHOOD IN A SUPPORT GROUP: AN  
EXPERIENCE REPORT IN THE AMAZONIAN CONTEXT

LA CONSTRUCCIÓN DE LA PATERNIDAD ADOPTIVA EN UN GRUPO DE APOYO: UN  
RELATO DE EXPERIENCIA EN EL CONTEXTO AMAZÓNICO

Franciane Ribeiro Farias<sup>1</sup>  
Maria Eduarda Amoedo de Nazare<sup>2</sup>  
Thauany Wanderley Albuquerque<sup>3</sup>  
Lisiane Thompson Flores<sup>4</sup>  
Iracly de Souza Monteiro Rocha<sup>5</sup>  
Fernanda Souza Bezerra<sup>6</sup>

**RESUMO:** O presente artigo analisa as contribuições de um grupo de apoio à adoção na construção da parentalidade adotiva e no fortalecimento psicossocial de famílias envolvidas nos processos adotivos no contexto amazônico. Trata-se de um relato de experiência de abordagem qualitativa, construído a partir das vivências desenvolvidas durante estágio supervisionado em Psicologia em uma instituição da sociedade civil voltada ao acompanhamento de pretendentes à adoção, famílias adotivas, crianças e adolescentes no estado do Amazonas. As reflexões foram elaboradas a partir da observação participante em encontros grupais, atividades lúdicas, palestras, rodas de conversa e registros reflexivos produzidos ao longo do estágio. Os resultados evidenciaram que o grupo de apoio funcionava como um importante espaço de acolhimento emocional, mediação psicossocial e construção da parentalidade adotiva, favorecendo a troca de experiências, a elaboração de inseguranças relacionadas à convivência familiar e a formação de redes de apoio entre os participantes. As atividades desenvolvidas com crianças e adolescentes também demonstraram a relevância dos espaços lúdicos enquanto ambientes de convivência, expressão emocional e fortalecimento dos vínculos afetivos. Conclui-se que o grupo de apoio em questão, configura-se como importante dispositivo de acolhimento, escuta e suporte emocional às famílias no contexto amazônico.

**Palavras-chave:** Parentalidade Adotiva. Grupo de Apoio. Contexto Amazônico.

---

<sup>1</sup>Discente do curso de Psicologia no Centro Universitário Ceuni FAMETRO.

<sup>2</sup>Discente do curso de Psicologia no Centro Universitário Ceuni FAMETRO.

<sup>3</sup>Discente do curso de Psicologia no Centro Universitário Ceuni FAMETRO.

<sup>4</sup>Psicóloga e Orientadora de Estágio. Docente do curso de Psicologia no Centro Universitário Ceuni FAMETRO.

<sup>5</sup>Psicóloga. Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Professor Nilton Lins.

<sup>6</sup>Psicóloga e Supervisora de Estágio. Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário do Norte.

**ABSTRACT:** The current article analyses the contributions from a support group to the development of adoptive parenthood and the psychosocial strengthening of the families involved in the adoptive processes in the Amazonian context. This is a experience report of qualitative research created by experiences developed during a supervised psychology internship in a civil society organization focused in monitoring prospective adoptive parents, foster families, children and teenagers in the State of Amazonas. These reflections were drawn through a participant observation in group meetings, recreational activities, lectures, round table discussions and reflective notes produced during the internship. the results highlighted that the support group served as an important source of emotional support, psychosocial mediation and the development of adoptive parenting, favoring the exchange of experiences, the process of anxieties related to family life and the formation of support networks among participants. The conducted activities with children and teenagers also demonstrated the importance of play areas as spaces for socializing, emotional expression and strengthening emotional bonds. It can be concluded that the support group in question serves as an important means of providing a welcoming environment, a listening ear and emotional support to families in the Amazonian context.

**Keywords:** Adoptive Parenthood. Support Group. Amazonian Context.

**RESUMEN:** El presente artículo analiza las contribuciones de un grupo de apoyo a la adopción en la construcción de la paternidad adoptiva y el fortalecimiento psicosocial de las familias involucradas en procesos de adopción en el contexto amazónico. Se trata de un informe cualitativo basado en experiencias vividas durante una pasantía supervisada de psicología en una institución de la sociedad civil dedicada al apoyo a futuros padres adoptivos, familias adoptivas, niños y adolescentes en el estado de Amazonas. Las reflexiones se elaboraron a partir de la observación participante en reuniones grupales, actividades lúdicas, charlas, círculos de discusión y registros reflexivos realizados a lo largo de la pasantía. Los resultados mostraron que el grupo de apoyo funcionó como uno espacio importante para el apoyo emocional, la mediación psicosocial y la construcción de la paternidad adoptiva, favoreciendo el intercambio de experiencias, el procesamiento de inseguridades relacionadas con la vida familiar y la formación de redes de apoyo entre los participantes. Las actividades desarrolladas con niños y adolescentes también demostraron la relevancia de los espacios lúdicos como entornos para la convivencia, la expresión emocional y el fortalecimiento de los vínculos afectivos. Se concluye que el grupo de apoyo en cuestión es una herramienta importante para acoger, escuchar y brindar apoyo emocional a las familias en el contexto amazónico.

**Palabras clave:** Paternidad Adoptiva. Grupo de Apoyo. Contexto Amazónico.

## INTRODUÇÃO

A adoção constitui importante mecanismo para garantir o direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária. Para além dos trâmites jurídicos, esse processo envolve dimensões emocionais, sociais e subjetivas que atravessam os sujeitos envolvidos e as instituições responsáveis. Nesse cenário, os grupos de apoio assumem papel relevante no acolhimento psicossocial, na orientação de pretendentes e no fortalecimento dos vínculos familiares.

No Brasil, a compreensão da adoção transformou-se após a Constituição Federal de 1988, que reconheceu a convivência familiar e comunitária como direito fundamental de crianças e adolescentes. Posteriormente, com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estabeleceram o princípio da proteção integral e da prioridade ao melhor interesse da criança nos processos adotivos (BRASIL, 1990). Apesar dos avanços legais, persistem desafios como a demora processual, a incompatibilidade entre o perfil desejado pelos pretendentes e o das crianças disponíveis, além das inseguranças inerentes à construção da parentalidade adotiva (BRASIL, 2020).

Essa modalidade de parentalidade mobiliza questões sobre pertencimento, legitimidade e construções sociais em torno da filiação biológica. Levinson GK (2006) destaca que a adoção pode despertar fantasias, medos e inseguranças associados ao abandono e à aceitação, tornando fundamentais os espaços coletivos de escuta e troca de experiências. Assim, os grupos de apoio configuram-se como dispositivos psicossociais capazes de mediar a parentalidade e a favorecer a elaboração emocional e a construção de vínculos socioafetivos.

Na região amazônica, tais dinâmicas tornam-se ainda mais complexas devido às desigualdades territoriais e às dificuldades de acesso às políticas públicas e aos serviços especializados. A insuficiência estrutural da rede de proteção em municípios do interior amplia a relevância das organizações da sociedade civil no acompanhamento e orientação de famílias envolvidas nos processos adotivos (FERNANDES LS, 2022; MICHILES TB, 2024). Apesar da importância desses espaços, ainda são escassos os estudos que analisam os grupos de apoio à adoção enquanto dispositivos psicossociais no contexto amazônico, especialmente sob a perspectiva da Psicologia.

Diante desse cenário, emerge a necessidade de compreender como um grupo de apoio à adoção contribui para a construção da parentalidade adotiva e o manejo das inseguranças emocionais em territórios marcados por fragilidades institucionais. O presente artigo consiste em um relato de experiência decorrente do estágio curricular supervisionado em Psicologia em uma instituição da sociedade civil no Amazonas. Tem-se como objetivo analisar o grupo de apoio enquanto dispositivo psicossocial de acolhimento, mediação da parentalidade e fortalecimento dos vínculos familiares, evidenciando seus efeitos na experiência de famílias envolvidas no processo adotivo no contexto amazônico.

## REFERENCIAL TEÓRICO ADOÇÃO, PARENTALIDADE ADOTIVA E CONSTRUÇÃO DOS VÍNCULOS FAMILIARES

A parentalidade adotiva envolve experiências relacionadas à construção dos vínculos familiares, ao pertencimento e às expectativas socialmente produzidas acerca da maternidade, da paternidade e da filiação (SCHETTINI SSM, et al 2006; LEVINZON GK, 2006). Nesse contexto, diferentemente das concepções tradicionais centradas exclusivamente na consanguinidade, a adoção evidencia que os vínculos familiares também podem ser constituídos a partir da convivência cotidiana, do cuidado e das relações afetivas estabelecidas entre os sujeitos (AMAZONAS MCA e BRAGA MGR, 2006).

As transformações contemporâneas das configurações familiares têm contribuído para ampliar a compreensão sobre as múltiplas formas de exercício da parentalidade. Amazonas MCA e Braga MGR (2006) destacam que não existe uma única forma legítima de família, mas diferentes modos de organização afetiva e subjetiva historicamente construídos. Nesse contexto, a filiação adotiva passa a ser compreendida como possibilidade legítima de constituição familiar sustentada por vínculos socioafetivos e relações de pertencimento.

Essa transição de parentalidade biológica para a adotiva exige a compreensão de que o parentesco não é um dado da natureza, mas uma construção discursiva e afetiva. Como apontam ainda os autores Amazonas MCA e Braga MGR (2006), a legitimação dessas novas configurações familiares passa pela destituição do primado da consanguinidade como garantia única de amor ou cuidado. Assim, é no tecido da vida cotidiana, na repetição dos rituais de cuidado, na escuta atenta das angústias e na sustentação da presença nos momentos de crise, que a filiação se inscreve psiquicamente. O vínculo, portanto, deixa de ser um destino biológico e passa a ser uma conquista relacional diária, na qual pais e filhos mutuamente se adotam e ressignificam seus lugares subjetivos.

Apesar dos avanços sociais e jurídicos relacionados à adoção, a parentalidade adotiva ainda permanece atravessada por estigmas associados à valorização social da filiação biológica. Schettini SSM, et al. (2006) apontam que muitas famílias adotivas convivem com inseguranças relacionadas à legitimidade dos vínculos familiares, especialmente diante de representações sociais que associam a ideia de “família verdadeira” à existência de laços consanguíneos. Essas construções simbólicas podem produzir medos relacionados à rejeição, ao abandono e às dificuldades de reconhecimento da parentalidade adotiva.

Os processos de adoção também mobilizam importantes dimensões emocionais tanto para crianças e adolescentes quanto para os pretendentes à adoção. Levinzon GK (2006) destaca que a parentalidade adotiva frequentemente envolve fantasias inconscientes relacionadas à infertilidade, à rejeição e à aceitação da criança adotada, exigindo processos contínuos de elaboração emocional por parte das famílias. Em muitos casos, os pais adotivos convivem com receios relacionados à construção dos vínculos afetivos, ao medo da não aceitação pela criança e às idealizações socialmente construídas sobre maternidade e paternidade.

Além disso, a experiência adotiva frequentemente é atravessada por marcas relacionadas à separação e à ruptura de vínculos anteriores. Levinzon GK (2016) ressalta que a adoção pode mobilizar sofrimentos psíquicos associados às experiências precoces de abandono, separação e descontinuidade afetiva vivenciadas por muitas crianças e adolescentes antes da inserção na família adotiva. Nesse sentido, a construção do vínculo durante a convivência familiar não ocorre de maneira imediata, exigindo tempo, elaboração emocional e processos contínuos de adaptação entre os sujeitos envolvidos.

Diante das complexidades dessas questões emocionais, a adoção se categoriza fundamentalmente como um ato de amor, desde que este seja compreendido não como um sentimento idealizado ou romântico, mas sim, como uma decisão ética e um ato de implicação subjetiva (ROSA DB, 2008). Diferente do laço consanguíneo, que muitas vezes opera sob a lógica da automaticidade social, Oliveira PABA (2017) aponta que a parentalidade adotiva nasce do desejo manifesto e da busca ativa de um desejo de filiação. Inscrever uma criança ou adolescente na história de uma família como filho legítimo implica o exercício de um amor-adoção, ou seja, a capacidade de esvaziar as próprias idealizações para acolher a alteridade do adotado, com sua história pregressa e suas singularidades.

É justamente a partir desse esvaziamento das idealizações que se torna possível enxergar o filho além das projeções dos adotantes. Conforme aponta Weber LND (2002), o amadurecimento do vínculo adotivo depende da prontidão da família para legitimar a bagagem existencial que a criança ou adolescente já carrega. Em vez de tentar moldar o sujeito a um padrão preestabelecido, a parentalidade afetiva se consolida quando há espaço para a expressão de suas dores, dúvidas e singularidades. Esse movimento reconstrói o laço familiar não pela imposição de uma nova identidade, mas pelo respeito à historicidade de quem acolhe e de quem é acolhido.

Sob essa perspectiva, a adoção pode ser compreendida como processo relacional complexo, atravessado por dimensões emocionais, sociais e subjetivas que exigem

reconhecimento da singularidade da criança e construção gradual dos vínculos familiares. Portanto, diante desse contexto, os grupos de apoio à adoção assumem importante papel no acolhimento emocional e na mediação das experiências relacionadas à parentalidade adotiva.

## GRUPOS DE APOIO À ADOÇÃO COMO DISPOSITIVOS DE MEDIAÇÃO PSICOSSOCIAL

Os grupos de apoio à adoção constituem importantes espaços coletivos de acolhimento, orientação e fortalecimento emocional de famílias envolvidas nos processos adotivos. Além de contribuírem para a disseminação de informações sobre adoção legal e convivência familiar, esses grupos possibilitam a circulação de experiências entre pretendentes à adoção, famílias adotivas e profissionais, favorecendo a construção de redes de apoio e pertencimento.

Nos processos de adoção, muitas famílias vivenciam sentimentos relacionados à ansiedade, insegurança, medo da rejeição e idealizações acerca da parentalidade. Em diversos casos, tais experiências são atravessadas pelo isolamento emocional e pela dificuldade de compartilhar dúvidas e angústias relacionadas à construção dos vínculos familiares. Nesse contexto, os grupos de apoio assumem função relevante enquanto dispositivos de mediação psicossocial, criando espaços coletivos de escuta e elaboração emocional das experiências vivenciadas pelas famílias.

Arrais AR, et al. (2012), ao discutirem grupos de pré-natal psicológico, destacam que os espaços grupais possibilitam a troca de experiências, o compartilhamento de sentimentos e a construção de redes de apoio emocional entre os participantes. Embora o estudo esteja voltado ao contexto gestacional, suas contribuições permitem compreender os grupos como dispositivos de acolhimento e mediação emocional, nos quais os sujeitos podem compartilhar angústias, inseguranças e expectativas relacionadas às transformações presentes em diferentes experiências familiares.

No cenário específico da adoção, essa transição assume contornos singulares, pois o grupo passa a atuar como o disparador de uma verdadeira "gestação simbólica" (SEQUEIRA VC e STELLA C, 2014; SCORSOLINI-COMIN, et al., 2006). Esse conceito traduz o trabalho psíquico necessário para que os pretendentes possam desconstruir a idealização do filho biológico e se preparem internamente para acolher uma criança real, portadora de uma história prévia e de marcas de institucionalização ou abandono.

Nos grupos de apoio à adoção, a circulação coletiva das experiências frequentemente contribui para a redução do sentimento de isolamento enfrentado por muitas famílias durante

o processo adotivo. O contato com outras pessoas que vivenciam experiências semelhantes possibilita a identificação entre os participantes e favorece processos de validação emocional das inseguranças relacionadas à parentalidade adotiva. Ao ouvirem relatos sobre dificuldades presentes na convivência familiar, no período de espera pela adoção e na adaptação inicial da criança à nova família, muitos pretendentes conseguem elaborar expectativas menos idealizadas acerca da parentalidade.

Sob a ótica da dinâmica grupal analítica e operativa, esse fenômeno é sustentado por fatores terapêuticos fundamentais, com especial destaque para a universalidade e o aprendizado a partir do outro (SCORSOLINI-COMIN F e SANTOS MA, 2008). A universalidade manifesta-se quando os sujeitos percebem que suas angústias, medos inconscientes e as dores decorrentes do luto pela infertilidade não são falhas individuais, mas sentimentos compartilhados pelo coletivo.

Esse alívio catártico reduz o estigma e desmistifica fantasias rígidas, como o medo recorrente de "herança genética" ou do "sangue ruim". Ademais, o aprendizado não ocorre de forma verticalizada ou passiva, mas sim por meio de um processo co-construído, no qual conselhos, discursos externos e preconceitos trazidos do cotidiano social são depositados, negociados e ressignificados coletivamente pelos participantes ao longo das sessões (SCORSOLINI-COMIN F e SANTOS MA, 2008).

7

Aprofundando a compreensão do grupo enquanto espaço de intervenção crítica, o conceito de grupo-dispositivo, fundamentado nas perspectivas de Foucault e Deleuze, revela que essas instâncias superam a simples função de suporte afetivo ou burocrático (FIOROTT JG, et al., 2019). O grupo atua desconstruindo preconceitos e visões rígidas impostas pela sociedade sobre o que seria uma família ideal.

Além disso, os grupos também funcionam como espaços de fortalecimento da adoção legal e de enfrentamento das práticas informais de circulação de crianças e adolescentes. A troca de informações entre profissionais, famílias e instituições contribui para ampliar o conhecimento acerca dos direitos das crianças e adolescentes, dos procedimentos legais envolvidos na adoção e da importância da garantia da convivência familiar em contextos protegidos institucionalmente. Atendendo às exigências da Lei da Convivência Familiar e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que tornam obrigatório o preparo psicossocial e jurídico dos postulantes, o grupo opera simultaneamente em duas dimensões paralelas (SEQUEIRA VC e STELLA C, 2014).

No nível consciente, articula a tarefa explícita de debater a legislação, a realidade dos abrigos e os trâmites institucionais. No nível inconsciente, para Sequeira VC e Stella C (2014) funciona como uma "galeria de espelhos", refletindo as defesas inconscientes, as ambivalências e os conteúdos reprimidos de cada integrante. Ao se enxergarem nas narrativas alheias, os candidatos quebram suas resistências neuróticas e ressignificam o próprio desejo de parentalidade, transitando da fantasia de “encontrar um filho para um casal” para o compromisso ético de “garantir uma família para uma criança”.

A atuação psicológica nesses espaços exige sensibilidade ética e compreensão ampliada dos atravessamentos subjetivos presentes na adoção. O trabalho desenvolvido nos grupos não se restringe ao fornecimento de orientações técnicas sobre os procedimentos jurídicos, envolvendo também acolhimento emocional, mediação de conflitos, fortalecimento dos vínculos familiares e construção de espaços coletivos de pertencimento e escuta.

O psicólogo coordenador deve sustentar uma escuta sensível para mediar não apenas as demandas imediatas de informação, mas também os silêncios, os retrocessos e as evoluções emocionais que ocorrem entre as sessões iniciais e as etapas de encerramento, onde as certezas dogmáticas dão lugar a posicionamentos mais maduros e flexíveis diante das alteridades do filho adotivo (SCORSOLINI-COMIN F e SANTOS MA, 2008).

8

Dessa forma, os grupos de apoio à adoção podem ser compreendidos como importantes dispositivos psicossociais de mediação da parentalidade adotiva, favorecendo processos de formação, informação, mediação, escuta e trocas de aprendizagens mútuas para elaboração emocional, fortalecimento familiar e construção coletiva de apoio entre sujeitos envolvidos na experiência adotiva. Ao articular o suporte clínico-institucional com a potência da desconstrução política e social, esses grupos consolidam-se como redes de proteção indispensáveis, capazes de mitigar os riscos de devoluções e rejeições tardias, assegurando que o encontro entre a família que adota e a criança adotada ocorra sob a égide do afeto real, do direito garantido e da responsabilidade simbólica.

## ADOÇÃO E ESPECIFICIDADES DO CONTEXTO AMAZÔNICO

A adoção no contexto amazônico apresenta particularidades relacionadas às desigualdades territoriais, às limitações no acesso às políticas públicas e às dificuldades de acompanhamento contínuo das demandas ligadas à infância e juventude. O estado do Amazonas possui extensas dimensões geográficas, além de municípios frequentemente distantes dos centros urbanos e dos equipamentos institucionais responsáveis pela garantia da

proteção integral de crianças e adolescentes. Fernandes LS (2022) destaca que muitos municípios amazonenses apresentam limitações estruturais relacionadas ao acesso aos serviços especializados, à presença de equipes técnicas e à efetivação das políticas públicas voltadas à infância.

Em diversas localidades, o acesso aos serviços da rede de proteção permanece concentrado na capital e em municípios-polo do estado, dificultando o acompanhamento contínuo das famílias envolvidas nos processos adotivos. Essas desigualdades territoriais também contribuem para a permanência de práticas informais de circulação de crianças e adolescentes. Michiles TB (2024) aponta que a insuficiência de infraestrutura institucional e as dificuldades de acesso às políticas públicas favorecem a continuidade de práticas de adoção informal em diferentes municípios amazonenses, fragilizando a garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

As discussões sobre a circulação informal de crianças no Brasil evidenciam que práticas de transferência e acolhimento entre as famílias estiveram historicamente relacionadas às desigualdades sociais e às formas culturalmente construídas de cuidado. Motta-Maués MA (2012), ao discutir práticas de "circulação de criança" na Amazônia, destaca que essas dinâmicas envolvem múltiplas formas de acolhimento informal entre famílias, frequentemente naturalizadas em contextos marcados por vulnerabilidades sociais e fragilidade estatal. A autora também evidencia que tais práticas podem assumir relações ambíguas entre cuidado, afetividade e desigualdade social.

Em diálogo com essa discussão, Godoi EP (2009), descreve o fenômeno da circulação de crianças em contextos rurais e interioranos como um processo caracterizado pelo repasse informal de crianças entre unidades familiares, muitas vezes associado às estratégias de cuidado, sobrevivência e organização familiar. Essas práticas frequentemente ocorrem sem mediação institucional formal, permanecendo vinculadas às redes de parentesco, vizinhança e solidariedade comunitária. Maux AAB e Dutra E (2010) ressaltam ainda que a figura histórica chamados de "filhos de criação" esteve associado tanto à assistência quanto a utilização do trabalho infantil doméstico, revelando relações marcadas por desigualdades e fragilidade de direitos.

No contexto amazônico, essas dinâmicas também se articulam as limitações de acesso aos serviços especializados de proteção à infância. Em muitos casos, crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente precisam ser deslocados de seus territórios de origem para municípios-polo ou para a capital, onde se concentram um maior número de serviços e órgãos

que tangem a rede de proteção. Esse processo pode produzir rupturas nos vínculos comunitários e nas referências culturais previamente estabelecidas, especialmente em contexto ribeirinhos e interioranos com forte influência do pertencimento territorial e comunitário. Estudos como de Leal GKS (2023) reforçam essa ideia ao abordar que a infância ribeirinha no Amazonas mostra que as experiências das crianças amazônicas estão profundamente relacionadas aos modos de vida comunitários, as relações territoriais e as dinâmicas culturais próprias das comunidades ribeirinhas.

Nesse cenário, grupos de apoio à adoção e organizações da sociedade civil assumem papel relevante na disseminação de informações sobre a adoção legal, na orientação das famílias e na promoção de espaços coletivos de acolhimento e escuta. Além do suporte às famílias adotivas, esses espaços podem contribuir para a circulação de informações sobre os direitos de crianças e adolescentes, funcionando como um importante dispositivo de apoio psicossocial em contextos marcados pela insuficiência de serviços especializados e pela fragilidade institucional da rede de proteção à infância. Assim, compreender os processos de adoção no contexto amazônico exige considerar não apenas os aspectos jurídicos relacionados a filiação, mas também as desigualdades territoriais, os determinantes sociais e as especificidades culturais e institucionais que influenciam a experiência das famílias envolvidas nos processos adotivos.

## MÉTODOS

O presente estudo caracteriza-se como um relato de experiência de abordagem qualitativa, construído a partir das vivências desenvolvidas durante estágio curricular supervisionado em Psicologia em uma instituição da sociedade civil voltada ao acompanhamento psicossocial de famílias em processo de adoção no estado do Amazonas.

A abordagem qualitativa possibilita compreender os fenômenos sociais a partir das experiências, interações e significados produzidos pelos sujeitos em seus contextos de vivência. Segundo Godoy AS (1995), os estudos qualitativos buscam compreender os fenômenos em sua complexidade, considerando os diferentes significados e relações construídas no contexto em que ocorrem.

O estágio ocorreu entre fevereiro e maio de 2026. As atividades eram desenvolvidas predominantemente aos sábados, em encontros presenciais realizados no período das 13h às 17h, envolvendo participação em grupos de apoio, eventos institucionais e atividades psicossociais relacionadas à adoção.

As experiências acompanhadas ocorreram em diferentes projetos desenvolvidos pela instituição, voltados à preparação psicossocial de pretendentes à adoção e ao acompanhamento de famílias adotivas nas etapas de pré-adoção e pós-adoção. Entre as atividades desenvolvidas destacavam-se o curso de preparação psicossocial para adoção, caracterizado por encontros com maior número de participantes devido ao caráter obrigatório no processo de habilitação para adoção, depois um grupo focal para os pretendentes habilitados que estão em esperas e por fim, no processo do pós-adoção, grupos para partilhar suas experiências, para pretendentes qualificados em fase de espera, os grupos de acompanhamento pós-adoção e o grupo de caráter terapêutico voltado às famílias adotivas que estão nos períodos iniciais da convivência familiar, somando-se a esses havia também um ambiente lúdico destinado ao acolhimento e acompanhamento de crianças e adolescentes durante os encontros familiares.

A instituição também desenvolvia ações solidárias e integradoras na capital e no interior do estado por meio de um projeto específico, voltado à realização de atividades de preparação, formação e prevenção relacionadas à garantia dos direitos de crianças e adolescentes em municípios amazonenses.

As atividades desenvolvidas durante o estágio envolveram participação em reuniões em grupos, acolhimento institucional, recepção das famílias, dinâmicas coletivas, palestras, organização de eventos, elaboração de registros técnicos, acompanhamento de atividades lúdicas e supervisão de crianças e adolescentes. No espaço destinado aos filhos das famílias adotivas, por exemplo, eram realizadas atividades voltadas ao estímulo da convivência, da expressão emocional e da integração entre crianças de diferentes faixas etárias por meio de brincadeiras, jogos e dinâmicas de grupo, supervisionadas por profissionais da psicologia e estagiários.

A construção das reflexões apresentadas neste estudo ocorreu a partir da observação participante das atividades desenvolvidas ao longo do estágio. A observação participante constitui importante técnica de investigação qualitativa, permitindo ao pesquisador acompanhar os fenômenos diretamente em seus contextos de ocorrência, favorecendo compreensão mais ampla das interações, experiências e dinâmicas sociais observadas. Correia MCB (2009) destaca que a observação participante possibilita ainda compreender os sujeitos em seus contextos culturais e relacionais, considerando as experiências construídas no cotidiano das interações sociais.

A inserção nas atividades da instituição permitiu acompanhar as interações estabelecidas entre os participantes, as dinâmicas de grupo e as principais demandas emocionais relatadas

pelas famílias ao longo dos encontros. Conforme apontam Mónico, et al. (2017), a observação participante favorece aproximação mais aprofundada da realidade estudada, permitindo compreender comportamentos, experiências e relações sociais em seus contextos naturais de ocorrência.

Os registros reflexivos produzidos durante o estágio contribuíram para a sistematização das experiências observadas e para a construção das análises apresentadas no estudo. As reflexões desenvolvidas ao longo do texto dialogam com produções científicas relacionadas à adoção, parentalidade adotiva, convivência familiar, grupos de apoio e proteção à infância no contexto amazônico.

Por se tratar de relato de experiência construído a partir de vivências institucionais, sem utilização de entrevistas, identificação dos participantes ou acesso a informações sigilosas, preservou-se o anonimato dos sujeitos e da instituição acompanhada ao longo de todo o estudo.

## RESULTADO E DISCUSSÕES

### GRUPOS DE APOIO E ACOLHIMENTO DAS INSEGURANÇAS PARENTAIS

As experiências acompanhadas durante o estágio evidenciaram que os grupos de apoio à adoção funcionavam como importantes espaços de acolhimento emocional para pretendentes e famílias em processo de construção da parentalidade adotiva. Ao longo dos encontros, observou-se que muitos participantes chegavam aos grupos com os sentimentos de ansiedade, medo, insegurança e idealizações, especialmente diante da espera prolongada pela habilitação e da expectativa em relação à futura convivência familiar.

Nos encontros voltados à pré-adoção, essas inseguranças apareciam frequentemente associadas às dúvidas sobre a capacidade de exercer a parentalidade, ao receio da não aceitação pela criança e às expectativas idealizadas acerca da construção imediata dos vínculos afetivos. Observou-se também que muitos pretendentes chegavam emocionalmente fragilizados por experiências anteriores de infertilidade, perdas gestacionais, frustrações familiares ou longos períodos de espera processual.

Tais aspectos dialogam com as discussões de Levinzon GK (2006), ao destacar que a parentalidade adotiva frequentemente mobiliza fantasias relacionadas à rejeição, ao abandono e à legitimidade dos vínculos familiares. Assim, os processos adotivos podem despertar inseguranças emocionais intensas, que exigem processos contínuos de elaboração psíquica por parte das famílias. De maneira semelhante, Schettini SSM, et al. (2006) ressaltam que muitas

famílias adotivas ainda convivem com estigmas socialmente produzidos acerca da filiação adotiva, especialmente em contextos marcados pela valorização dos laços biológicos.

Diante desse cenário de fragilidade, a inserção nas dinâmicas grupais, palestras e rodas de conversa disparava o fator terapêutico da universalidade (SCORSOLINI-COMIN F e SANTOS MA, 2008). Ao perceberem que outras famílias compartilhavam dos mesmos medos e dores da fila de espera, os participantes demonstraram maior abertura para romper o silêncio. Essa circulação coletiva das vivências foi fundamental para reduzir o sentimento de isolamento emocional e para validar as angústias dos pretendentes, desconstruindo a fantasia do "filho ideal" em prol de uma compreensão mais realista sobre os desafios da rotina familiar.

Assim, os encontros grupais também possibilitavam ampliar as reflexões sobre pertencimento, vínculo e filiação socioafetiva, deslocando a compreensão da parentalidade para além da dimensão biológica. Nesse sentido, os grupos funcionavam não apenas como espaços informativos sobre os procedimentos jurídicos da adoção, mas como ambientes coletivos de fortalecimento emocional e elaboração subjetiva das experiências relacionadas à construção dos vínculos familiares.

Além dos impactos observados entre as famílias participantes, a inserção nas atividades institucionais também evidenciou o potencial transformador dos grupos de apoio para os próprios sujeitos envolvidos na atuação psicossocial. A convivência com diferentes experiências de espera, pertencimento e construção familiar possibilitou ampliar a compreensão acerca da adoção enquanto processo relacional complexo, atravessado por dimensões emocionais e subjetivas que frequentemente extrapolam os limites jurídicos do processo adotivo.

## TROCA DE EXPERIÊNCIAS E FORTALECIMENTO DA PARENTALIDADE ADOTIVA

As experiências observadas durante os encontros evidenciaram que a troca coletiva de vivências entre pretendentes à adoção, famílias adotivas e profissionais constituía um dos principais elementos de fortalecimento emocional presentes nos grupos de apoio. Mais do que espaços destinados à transmissão de informações jurídicas, essas instâncias possibilitaram a criação de redes de suporte mútuo entre sujeitos que compartilhavam dúvidas, expectativas e angústias comuns.

Nos grupos voltados aos pretendentes em fase de espera, observou-se que muitos participantes chegavam emocionalmente fragilizados pelo longo tempo de habilitação e pelas incertezas do processo adotivo. Em diversos momentos, a oportunidade de relatar suas

vivências a pessoas que atravessam situações semelhantes favorecia o sentimento de pertença e acolhimento coletivo, reduzindo o isolamento psicológico frequentemente associado a esse período.

As rodas de conversa, palestras e dinâmicas grupais frequentemente possibilitavam que os participantes elaborassem inseguranças relacionadas ao exercício da parentalidade, à adaptação inicial da criança e aos desafios presentes na construção dos vínculos familiares. Observou-se que a escuta de relatos compartilhados por famílias que já haviam passado pelo processo adotivo contribuía para a edificação de expectativas menos idealizadas sobre a adoção, favorecendo compreensão mais ampliada acerca das dificuldades e potencialidades presentes na convivência familiar.

Esses aspectos dialogam com as discussões de Amazonas e Braga (2006), ao afirmarem que as relações familiares são construídas historicamente por meio das experiências de convivência, cuidado e pertencimento. Nessa perspectiva, a parentalidade adotiva não se consolida de maneira imediata ou exclusivamente jurídica, mas é continuamente construída nas relações cotidianas estabelecidas entre os sujeitos envolvidos no processo adotivo.

Da mesma forma, Levinzon (2006) aponta que a parentalidade adotiva frequentemente exige processos contínuos de elaboração emocional relacionados às expectativas, inseguranças e fantasias presentes na consolidação dos vínculos afetivos. Nesse sentido, os grupos de apoio mostraram-se importantes espaços coletivos de mediação psicossocial ao possibilitarem circulação de experiências e acolhimento das fragilidades emocionais presentes no processo adotivo.

A convivência entre famílias em diferentes etapas da adoção também favorecia importantes processos de aprendizagem coletiva. Pretendentes em fase inicial frequentemente buscavam apoio em famílias que já haviam iniciado a convivência com crianças e adolescentes, enquanto famílias em pós-adoção compartilhavam experiências relacionadas à adaptação familiar, às dificuldades escolares, à construção dos vínculos afetivos e aos desafios emocionais presentes nos primeiros anos de convivência.

Observou-se ainda que os encontros contribuíram para a valorização da filiação socioafetiva e para o fortalecimento da parentalidade adotiva enquanto experiência legítima de constituição familiar. Em muitos momentos, os grupos funcionavam como espaços de desconstrução de preconceitos relacionados à adoção, especialmente aqueles associados à ideia de que os vínculos biológicos seriam naturalmente mais legítimos do que os vínculos construídos pela convivência e pelo cuidado.

Além dos efeitos observados entre as famílias participantes, a inserção nas atividades institucionais também possibilitou importante ampliação da escuta psicológica e da compreensão acerca das múltiplas dimensões que atravessam os processos adotivos. A proximidade com diferentes histórias de espera, pertencimento e adaptação familiar evidenciou que a adoção envolve experiências emocionais complexas, frequentemente marcadas por medos, expectativas e processos contínuos de reconstrução subjetiva.

Nesse contexto, os grupos de apoio mostraram-se fundamentais não apenas para orientação técnica das famílias, mas principalmente para o fortalecimento emocional, para a mediação das experiências relacionadas à parentalidade adotiva e para a co-construção coletiva de redes de acolhimento e pertença entre os participantes.

## ESPAÇOS LÚDICOS E MEDIAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS INFANTIS

As experiências desenvolvidas durante o estágio também evidenciaram a importância dos espaços lúdicos no acompanhamento psicossocial de crianças e adolescentes, envolvidos nos processos adotivos. Durante os encontros institucionais, observou-se que o Espaço Arco-Íris funcionava como ambiente destinado ao acolhimento, à convivência e à expressão emocional de crianças de diferentes faixas etárias enquanto seus responsáveis participavam das atividades em grupo voltadas à adoção e à convivência familiar.

15

As atividades desenvolvidas nesse espaço envolviam brincadeiras coletivas, jogos, desenhos, dinâmicas de grupo e momentos de interação supervisionados por profissionais e estagiários. Observou-se que a convivência entre crianças em diferentes fases do desenvolvimento favorecia importantes processos de socialização, troca de experiências e construção de vínculos, especialmente entre aquelas que também atravessavam experiências relacionadas à adoção, adaptação familiar e reorganização dos vínculos afetivos.

Durante as atividades, era possível perceber que muitas crianças utilizavam o brincar como importante forma de comunicação emocional, expressando sentimentos, inseguranças, afetos e formas de interação que nem sempre apareciam verbalmente nos demais espaços institucionais. Em diversos momentos, observou-se que jogos, desenhos e brincadeiras funcionavam como importantes mediadores das experiências subjetivas vivenciadas pelas crianças no contexto da convivência familiar e das transformações relacionadas ao processo adotivo.

Essas vivências podem ser respaldadas a partir das contribuições de Winnicott DW (1975), ao compreender o brincar como importante área intermediária de experiência, na qual a

criança elabora afetos, constrói sentidos e desenvolve experiências de criatividade e pertencimento. Para o autor, o brincar constitui espaço potencial de expressão subjetiva e de construção emocional, permitindo que a criança experimente formas de relação consigo mesma, com o outro e com o ambiente.

Nesse sentido, o Espaço Arco-Íris mostrou-se mais do que um ambiente recreativo voltado ao entretenimento infantil durante os encontros parentais. As atividades desenvolvidas no espaço frequentemente favoreciam o acolhimento emocional, mediação das interações sociais e fortalecimento das experiências de convivência entre crianças e adolescentes inseridos em contextos familiares marcados por processos de adaptação e construção de vínculos afetivos.

As observações realizadas durante o estágio também evidenciaram a importância das interações coletivas no desenvolvimento infantil. Crianças de diferentes idades frequentemente compartilhavam brincadeiras, auxiliavam umas às outras nas atividades e construía formas coletivas de participação mediadas pela supervisão dos profissionais e estagiários presentes no espaço. Essas experiências dialogam com as contribuições de Vygotsky LS (1991), ao afirmar que os processos de desenvolvimento humano possuem origem social e são construídos a partir das interações estabelecidas entre os sujeitos em seus contextos culturais e relacionais.

A mediação realizada pelos profissionais durante as atividades lúdicas também se mostrou importante na organização das interações em grupo e na construção de um ambiente acolhedor para as crianças. Em diferentes momentos, observou-se que o espaço possibilitava não apenas entretenimento, mas experiências relacionadas à escuta, à convivência coletiva, ao compartilhamento de afetos e à elaboração simbólica das experiências emocionais vivenciadas pelas crianças.

Além dos impactos observados entre as crianças participantes, a inserção nas atividades do Espaço Arco-Íris também contribuiu significativamente para a formação acadêmica e profissional desenvolvida durante o estágio. O acompanhamento das interações infantis possibilitou ampliar a compreensão acerca da importância do brincar enquanto instrumento de acolhimento, expressão emocional e mediação psicossocial no contexto da adoção, evidenciando que as experiências infantis relacionadas à convivência familiar exigem espaços seguros de escuta, cuidado e pertencimento.

Dessa forma, os espaços lúdicos desenvolvidos pela instituição mostraram-se importantes dispositivos psicossociais de apoio às crianças e adolescentes envolvidos nos processos adotivos, favorecendo experiências de convivência, fortalecimento emocional e

construção de vínculos em contextos marcados por importantes transformações familiares e subjetivas.

## ATUAÇÃO PSICOSSOCIAL E ESPECIFICIDADES DO CONTEXTO AMAZÔNICO

As experiências acompanhadas durante o estágio também evidenciaram que os processos de adoção no contexto amazônico são atravessados por importantes desigualdades territoriais e limitações relacionadas ao acesso às políticas públicas voltadas à infância e à juventude. As dimensões geográficas do estado do Amazonas, associadas às dificuldades de deslocamento entre municípios e à concentração dos serviços especializados nos grandes centros urbanos, produzem impactos significativos no acompanhamento das famílias envolvidas nos processos adotivos.

Ao longo das atividades institucionais, observou-se que muitos participantes relatavam dificuldades relacionadas ao acesso contínuo aos serviços especializados, à distância entre municípios e à fragilidade das redes locais de acompanhamento psicossocial. Em alguns casos, os grupos de apoio apareciam como um dos poucos espaços coletivos de acolhimento emocional e orientação disponíveis para famílias em processo de habilitação, convivência inicial ou pós-adoção.

Esses aspectos dialogam com as discussões de Fernandes LS (2022), ao apontar que diversos municípios amazonenses apresentam limitações estruturais relacionadas à efetivação das políticas públicas voltadas à infância, especialmente no que se refere ao acesso aos serviços especializados e às equipes técnicas responsáveis pelo acompanhamento das famílias. De maneira semelhante, Michiles TB (2024) destaca que as desigualdades territoriais e institucionais presentes na região amazônica favorecem a permanência de práticas informais de circulação de crianças e adolescentes, evidenciando desafios importantes para a consolidação das políticas de proteção integral no estado.

Nesse cenário, os grupos de apoio à adoção desenvolvidos pela instituição mostraram-se importantes dispositivos psicossociais de fortalecimento comunitário e acolhimento coletivo. Mais do que espaços informativos sobre os aspectos jurídicos do processo adotivo, os encontros frequentemente funcionavam como ambientes de escuta, pertencimento e apoio emocional para famílias atravessadas por experiências de espera, adaptação familiar e construção da parentalidade adotiva.

Observou-se que a atuação institucional também assumia importante papel de mediação entre as famílias e a rede de proteção à infância, especialmente em contextos marcados por

insuficiência de acompanhamento psicossocial contínuo. As atividades desenvolvidas buscavam não apenas orientar os participantes sobre os procedimentos relacionados à adoção legal, mas também promover espaços coletivos de fortalecimento emocional, convivência e construção de vínculos familiares.

Além das contribuições para as famílias participantes, a inserção nas atividades institucionais possibilitou importante ampliação da compreensão acerca das especificidades sociais e territoriais que atravessam a atuação psicológica no contexto amazônico. A experiência evidenciou que os processos adotivos não podem ser compreendidos exclusivamente a partir das dimensões jurídicas da filiação, uma vez que também envolvem desigualdades sociais, fragilidades institucionais e desafios relacionados à garantia do acesso às políticas públicas em diferentes territórios do estado.

Nesse sentido, a experiência desenvolvida durante o estágio permitiu reconhecer a relevância das organizações da sociedade civil enquanto importantes espaços de apoio psicossocial, orientação e fortalecimento das famílias envolvidas nos processos adotivos. Em contextos marcados por limitações institucionais e desigualdades territoriais, tais iniciativas assumem papel fundamental na promoção da convivência familiar, da proteção integral de crianças e adolescentes e da construção coletiva de redes de acolhimento e pertencimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relato de experiência possibilitou refletir múltiplas dimensões que atravessam os processos de adoção no contexto amazônico, evidenciando que a filiação vai além da formalização jurídica e envolve a complexa construção de vínculos, pertencimento e fortalecimento emocional.

As experiências do estágio supervisionado em Psicologia demonstraram a relevância dos grupos de apoio como dispositivos psicossociais fundamentais. Esses encontros configuram-se como espaços coletivos de escuta e mediação, nos quais o compartilhamento de vivências permitiu a elaboração de inseguranças, medos e idealizações que frequentemente mobilizam os participantes durante a espera processual e a convivência inicial.

Paralelamente, às atividades desenvolvidas também permitiram compreender que os processos adotivos frequentemente mobilizam inseguranças, expectativas, medos e idealizações que extrapolam os aspectos legais. Nesse sentido, os grupos acompanhados ao longo do estágio desempenhavam papel fundamental na mediação dos sentimentos que emergem durante a espera processual, a convivência inicial e a consolidação dos laços familiares.

Além do trabalho voltado aos pretendentes e adotantes, o acompanhamento das atividades desenvolvidas com crianças e adolescentes no Espaço Arco-Íris evidenciou a importância dos espaços lúdicos enquanto ambientes de acolhimento, convivência e expressão afetiva. As atividades mediadas por brincadeiras, jogos e interações coletivas mostraram-se relevantes para a socialização e para a elaboração simbólica das vivências infanto-juvenis nesse cenário.

As reflexões produzidas ao longo do estudo também destacaram as especificidades presentes na atuação psicossocial desenvolvida no contexto amazônico. As desigualdades territoriais, as limitações relacionadas ao acesso às políticas públicas e a fragilidade de parte da rede institucional de proteção à infância reforçam a importância da sociedade civil na promoção de espaços de orientação e amparo às famílias.

A inserção nas atividades institucionais possibilitou expressiva ampliação da compreensão acerca da práxis psicológica nesse campo, evidenciando que o trabalho desenvolvido exige escuta sensível, respeito às singularidades e leitura das múltiplas dimensões sociais e subjetivas que atravessam a construção dessa parentalidade.

Por fim, espera-se que este estudo possa contribuir para ampliação dos debates sobre o tema e a atuação do psicólogo em grupos de apoio, especialmente no contexto amazônico, fortalecendo reflexões sobre a relevância das redes de cuidado e da garantia do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes.

## REFERÊNCIAS

AMAZONAS MCA, BRAGA MGR. Família contemporânea e as novas formas de parentalidade. *Psicologia em Estudo*, 2006; 11(2): 247-255.

ARRAIS AR, et al. Grupo de pré-natal psicológico: avaliação de programa de intervenção junto a gestantes. *Revista Encontro*, 2012; v. 15(22): 53-76.

BADINTER E. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Diagnóstico sobre o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento 2020. Brasília: CNJ, 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Presidência da República, 1990.

CORREIA MCB. A observação participante enquanto técnica de investigação. *Pensar Enfermagem*, 2009; 13(2): 30-36.

FERNANDES LS. A mediação na adoção de crianças indígenas no estado do Amazonas: uma proposta descolonial para um problema real. Dissertação (Mestrado em Direito) — Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2022.

FIOROTT JG, et al. Conceito de grupo-dispositivo no apoio à adoção: desnaturalizando significados instituídos. *Cienc. Psicol.*, 2019; 13(2): 390-397.

GODOI EP, et al. Diversidade do campesinato: expressões e categorias, v. 2: estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

GODOY AS. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, 1995; 35(3): 20-29.

LEAL GKS. A infância ribeirinha no Amazonas: o remanso da travessia na vida e na escola da Comunidade Nossa Senhora de Nazaré em Parintins. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

LEVINZON GK. A adoção na clínica psicanalítica: o trabalho com os pais adotivos. *Mudanças - Psicologia da Saúde*, 2006; 14(1): 24-31.

LEVINZON GK. Adoção e sofrimento psíquico. *Psicanálise*, 2016; 18(1): 57-73.

MAUX AAB, DUTRA E. A adoção no Brasil: algumas reflexões. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 2010; ano 10(2): 356-372.

MICHILES TB. Entrega voluntária para adoção na cidade de Manaus: reflexões sobre as vivências no projeto “Acolhendo Vidas”. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) — Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2024.

MÓNICO LS, et al. A observação participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. In: CIAIQ<sub>2017</sub> – Investigação Qualitativa em Ciências Sociais. Salamanca: Universidade de Salamanca, 2017; v. 3: 724-733.

MOTTA-MAUÉS MA. Uma mãe leva a outra (?): práticas informais (mas nem tanto) de “circulação de crianças” na Amazônia. *Scripta Nova*, 2012; 16.

OLIVEIRA PABA, et al. Adoção e Psicanálise: a Escuta do Desejo de Filiação. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 2017; 37(4): 909-922.

ROSA DB. A narratividade da experiência adotiva: fantasias que envolvem a adoção. *Psicologia Clínica*, 2008; 20(1): 97-110.

SCHETTINI SSM, et al. Famílias adotivas: identidade e diferenças. *Psicologia em Estudo*, 2006; 11(2): 285-293.

SCORSOLINI-COMIN F, et al. Grupo de apoio para casais pretendentes à adoção: a espera compartilhada do futuro. *Rev. SPAGESP*, 2006; 7(2): 40-50.

SCORSOLINI-COMIN F, SANTOS MA. Aprender a viver é o viver mesmo: o aprendizado a partir do outro em um grupo de pais candidatos à adoção. *Vínculo*, 2008; 5(2): 115-130.

SEQUEIRA VC, STELLA C. Preparação para a adoção: grupo de apoio para candidatos. *Psicologia: teoria e prática*, 2014; 16(1): 74-85.

VYGOTSKY LS. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WEBER LND. *Laços de ternura: pesquisas e histórias de adoção*. Curitiba: Juruá, 2002.

WINNICOTT DW. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.